

A GEOPOLÍTICA DO SÉCULO XXI: COMPETIÇÃO ENTRE GRANDES POTÊNCIAS E A RECONFIGURAÇÃO DAS ALIANÇAS INTERNACIONAIS

Lote Dala Celestino Palanga¹

RESUMO: O presente artigo analisa a geopolítica do século XXI, com enfoque na competição entre grandes potências e na reconfiguração das alianças internacionais. A investigação adota abordagem qualitativa, de caráter analítico-descritivo, baseada em pesquisa bibliográfica e documental. O estudo examina a competição estratégica entre Estados Unidos, Rússia e China, identifica novos arranjos de cooperação e alianças e analisa suas implicações para a distribuição do poder e para a governança internacional. Argumenta-se que a intensificação da competição estratégica não produz necessariamente uma substituição linear da ordem internacional por outra, mas contribui para a diversificação dos centros de poder, para a flexibilização dos alinhamentos e para a formação de mecanismos de cooperação paralelos ou complementares às estruturas tradicionais. Nesse contexto, a ordem contemporânea caracteriza-se por maior complexidade, competição estratégica e coexistência de diferentes formas de organização e influência internacional.

1

Palavras-chave: Geopolítica. Grandes potências. Alianças internacionais. Competição estratégica. Ordem internacional.

ABSTRACT: This article analyzes twenty-first-century geopolitics, focusing on competition among great powers and the reconfiguration of international alliances. The research adopts a qualitative, analytical-descriptive approach based on bibliographic and documentary research. It examines strategic competition among the United States, Russia, and China, identifies new cooperation arrangements and alliances, and analyzes their implications for the distribution of power and international governance. The argument is that intensified strategic competition does not necessarily produce a linear replacement of the existing international order, but contributes to the diversification of power centers, the flexibilization of alignments, and the formation of cooperation mechanisms parallel or complementary to traditional structures. In this context, the contemporary order is characterized by greater complexity, strategic competition, and the coexistence of different forms of international organization and influence.

Keywords: Geopolitics. Great powers. International alliances. Strategic competition. International order.

¹ Ministério da Educação de Angola/ Pesquisador Independente. Estudante de Direito pelo Instituto Superior Politécnico Católico de Benguela. Licenciado em Ciências da Educação pelo Instituto Superior Politécnico Católico de Benguela. Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade Lusíadas de Angola (Defesa prevista para Outubro).

I. INTRODUÇÃO

O sistema internacional do século XXI apresenta crescente complexidade, marcada pela intensificação da competição entre grandes potências, pela emergência de novos centros de influência e pela redefinição de alianças e parcerias estratégicas. O fim da Guerra Fria não conduziu à eliminação das disputas de poder, ao contrário, a transformação da distribuição de capacidades produziu novas formas de competição nos domínios político, militar, econômico, tecnológico e diplomático.

Nesse contexto, os Estados como Estados Unidos, Rússia e China ocupam posições centrais na dinâmica estratégica contemporânea. Os Estados Unidos procuram preservar sua capacidade de liderança e influência internacional, a Rússia busca manter e ampliar sua projeção estratégica, sobretudo em espaços considerados prioritários para sua segurança e a China a nova potência emergente amplia sua capacidade econômica, tecnológica, diplomática e militar, consolidando-se como importante polo de poder. A interação entre essas estratégias produz efeitos sobre alianças existentes e estimula novos mecanismos de cooperação.

A competição entre grandes potências também ocorre em um ambiente no qual Estados médios e países do Sul Global procuram ampliar sua autonomia e diversificar suas parcerias. Organizações e agrupamentos como BRICS², OTAN³, ASEAN⁴, AUKUS⁵ e QUAD⁶ expressam diferentes modalidades de coordenação política, econômica e securitária. Portanto, compreender a geopolítica contemporânea exige observar não apenas a distribuição material do poder, mas também a forma como os Estados utilizam alianças, instituições e instrumentos econômicos e tecnológicos para ampliar sua influência.

Diante desse cenário, formula-se o seguinte problema de pesquisa: de que forma a competição entre as grandes potências no século XXI tem influenciado a reconfiguração das alianças internacionais e a arquitetura da ordem internacional contemporânea?

O objetivo geral deste estudo é analisar de que forma a competição estratégica entre Estados Unidos, Rússia e China tem contribuído para a reconfiguração das alianças

² Bloco de cooperação econômica e política “É um agrupamento de economias emergentes criado para coordenação política, econômica e financeira fora do eixo tradicional ocidental, constituído pelos Estados Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul”.

³ Organização do Tratado do Atlântico Norte “aliança militar e de segurança”.

⁴ Associação das Nações do Sudeste Asiático “Cooperação econômica, política e regional”.

⁵ Uma parceria estratégica de defesa e segurança trilateral entre “Austrália, Reino Unido e Estados Unidos”.

⁶ Diálogo de Segurança Quadrilateral “Coordenação estratégica no Indo-Pacífico entre Estados Unidos, Índia, Japão e Austrália”.

internacionais e para a transformação da ordem internacional contemporânea. Especificamente, busca-se compreender as principais estratégias das três potências, identificar padrões de formação e reorganização de alianças e analisar as implicações dessas dinâmicas para a distribuição do poder e para a governança internacional.

A pesquisa é relevante por contribuir para a compreensão das transformações estruturais do sistema internacional, especialmente em um contexto de crescente competição estratégica e diversificação dos alinhamentos. Metodologicamente, adota abordagem qualitativa, de caráter analítico-descritivo, apoiada em pesquisa bibliográfica e documental.

2. METODOLOGIA

A investigação adota uma abordagem qualitativa, de caráter analítico-descritivo, adequada à compreensão das dinâmicas políticas e estratégicas que estruturam a competição entre grandes potências e a reorganização das alianças internacionais. O estudo não se orienta pela mensuração estatística do fenômeno, mas pela interpretação das relações entre poder, competição estratégica, geoestratégia, alianças e transformação da ordem internacional.

Quanto aos procedimentos, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica fundamentou-se em livros e artigos científicos relacionados à geopolítica, ao realismo, ao poder internacional, à interdependência e à ordem mundial. A pesquisa documental considerou documentos e materiais institucionais pertinentes às alianças e aos mecanismos de cooperação internacional analisados.

A análise foi organizada a partir de categorias centrais: poder, competição estratégica, geoestratégia, alianças internacionais e multipolaridade. Essas categorias permitiram interpretar as estratégias dos Estados Unidos, da Rússia e da China e relacioná-las aos processos de formação, adaptação e diversificação dos alinhamentos internacionais.

Adotou-se ainda uma perspectiva comparativa para identificar convergências e diferenças entre as estratégias das três potências, considerando objetivos, espaços estratégicos prioritários, instrumentos de poder, formas de cooperação e principais desafios. A interpretação dos materiais procurou estabelecer relações entre a competição entre grandes potências e as transformações observadas na arquitetura das alianças internacionais.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: GEOPOLÍTICA, REALISMO E COMPETIÇÃO ENTRE POTÊNCIAS

A compreensão das transformações que atravessam a ordem internacional contemporânea exige uma abordagem teórica capaz de articular poder, território, interesses estratégicos, distribuição de capacidades e relações de cooperação e competição entre os Estados. Nesse sentido, a geopolítica constitui uma importante ferramenta analítica para compreender como os fatores espaciais, econômicos, políticos, militares e tecnológicos influenciam a atuação das potências e a configuração das relações internacionais.

A competição entre grandes potências não ocorre de forma isolada, mas insere-se em uma dinâmica mais ampla de distribuição e redistribuição de poder no sistema internacional. As transformações observadas nas últimas décadas, marcadas pela ascensão de novos centros de poder, pela redefinição de alianças e pelo fortalecimento de mecanismos de cooperação entre diferentes Estados, desafiam interpretações centradas exclusivamente na predominância de uma única potência. Nesse contexto, torna-se necessário analisar as bases teóricas que permitem compreender tanto a permanência das disputas tradicionais por poder quanto o surgimento de novas formas de articulação estratégica.

A presente fundamentação teórica mobiliza contribuições do realismo clássico e estrutural, da teoria das alianças, dos estudos sobre poder e interdependência e da abordagem dos complexos regionais de segurança. O diálogo entre essas perspectivas permite interpretar a competição entre Estados Unidos, Rússia e China não apenas como uma disputa pela superioridade militar, mas como um processo multidimensional que envolve economia, tecnologia, diplomacia, influência política, segurança e capacidade de construção de alianças.

A partir desse enquadramento, os subitens seguintes discutem as dimensões do poder estatal, a distribuição do poder e a hierarquia internacional, o papel das potências regionais, a formação e transformação das alianças e, por fim, a contribuição do realismo para a compreensão da geopolítica do século XXI.

3.1. Geopolítica e dimensões do poder estatal

A geopolítica constitui importante instrumento analítico para compreender a relação entre poder, espaço e estratégia nas relações internacionais. No século XXI, sua aplicação ultrapassa a dimensão estritamente territorial, incorporando fatores econômicos, tecnológicos, militares, diplomáticos e normativos. O poder estatal deve, portanto, ser compreendido de

maneira multidimensional, considerando tanto os recursos disponíveis quanto a capacidade de convertê-los em influência.

Nye (2004), demonstra que a influência internacional não depende exclusivamente da coerção ou da capacidade material, podendo também resultar da atração e da capacidade de construir legitimidade. Essa distinção entre hard power e soft power amplia a compreensão das formas pelas quais os Estados projetam influência no sistema internacional.

3.2. Distribuição do poder e hierarquia internacional

A distribuição do poder constitui uma das variáveis centrais para a compreensão da estrutura e da dinâmica do sistema internacional. Em uma perspectiva realista, os Estados coexistem em um ambiente caracterizado pela ausência de uma autoridade central capaz de garantir, de maneira absoluta, sua segurança. Nesse contexto, a posição ocupada por cada Estado depende, em grande medida, de suas capacidades relativas e da forma como essas capacidades se distribuem entre os diferentes atores. Waltz (1979), sustenta que a estrutura do sistema internacional é determinada, sobretudo, pela distribuição das capacidades entre as unidades que o compõem. Assim, alterações significativas na concentração de poder tendem a produzir consequências sobre o comportamento dos Estados e sobre a própria configuração da ordem internacional.

5

A distribuição do poder, entretanto, não deve ser compreendida exclusivamente em termos de capacidade militar. Embora os recursos militares permaneçam fundamentais para a preservação da segurança e para a projeção estratégica, o poder contemporâneo apresenta caráter multidimensional. Recursos econômicos, domínio tecnológico, capacidade de inovação, influência diplomática, controle de cadeias produtivas, recursos energéticos, capacidade financeira e influência normativa também participam da constituição do poder estatal. Nye (2004), ao desenvolver o conceito de soft power, demonstra que a capacidade de um Estado influenciar outros atores não depende apenas da coerção ou da utilização de recompensas materiais, mas também da capacidade de atração e de produção de legitimidade.

Essa ampliação da compreensão do poder é particularmente relevante para a análise da competição contemporânea entre Estados Unidos, Rússia e China. As diferenças entre essas potências não podem ser avaliadas somente pela dimensão militar. Os Estados Unidos conservam importantes vantagens econômicas, tecnológicas, financeiras, diplomáticas e militares; a Rússia apresenta capacidades militares e energéticas relevantes e procura preservar

sua influência em espaços considerados estratégicos; enquanto a China ampliou significativamente sua capacidade econômica, tecnológica, comercial e diplomática, transformando-se em um dos principais centros de poder da política internacional. Dessa maneira, a competição entre grandes potências analisamos a partir da combinação de diferentes recursos de poder e da capacidade de convertê-los em influência estratégica.

Nesse sentido, a hierarquia internacional não é necessariamente estática. A posição relativa dos Estados pode sofrer alterações em função do crescimento econômico, da inovação tecnológica, da modernização militar, da capacidade de formação de alianças e da construção de mecanismos institucionais próprios. Gilpin (2002), destaca que transformações na distribuição do poder podem gerar tensões quando a estrutura existente deixa de refletir adequadamente as capacidades relativas dos Estados. A ascensão de novos centros de poder, portanto, pode produzir processos de acomodação, competição ou contestação da ordem vigente.

A questão central não reside apenas em identificar quais Estados possuem maior quantidade de recursos, mas compreender como esses recursos são mobilizados estrategicamente. Entendemos, que, um Estado pode possuir expressiva capacidade econômica sem convertê-la automaticamente em influência política ou militar, assim como uma potência militar pode enfrentar limitações econômicas ou diplomáticas que reduzam sua capacidade de projeção internacional. O poder, portanto, apresenta uma dimensão relacional: *sua efetividade depende tanto dos recursos disponíveis quanto da capacidade de utilizá-los em relação aos demais atores.*

6

A transformação da distribuição do poder também contribui para explicar a reconfiguração das alianças internacionais. Quando os Estados percebem alterações no equilíbrio de capacidades, tendem a ajustar suas estratégias de segurança, cooperação e posicionamento externo. Dessa forma, a formação, o fortalecimento ou a diversificação de alianças pode ser interpretada como uma resposta às mudanças na estrutura de poder. A atual expansão de mecanismos de cooperação econômica, política, militar e tecnológica evidencia que a competição entre grandes potências não se limita à disputa bilateral, mas produz efeitos sobre diferentes níveis da ordem internacional.

3.3. Potências regionais e complexos de segurança

A análise da estrutura internacional também exige considerar a dimensão regional da segurança. Embora as grandes potências exerçam influência em escala global, grande parte das

dinâmicas de segurança manifesta-se em espaços geográficos específicos, nos quais os Estados compartilham percepções de ameaça, interesses estratégicos e relações históricas.

Buzan e Waever (2003), desenvolvem, nesse sentido, a abordagem dos Complexos Regionais de Segurança, segundo a qual as questões de segurança dos Estados apresentam forte interdependência em determinados contextos regionais.

A perspectiva regional permite compreender que a distribuição global do poder não elimina a existência de diferentes configurações de segurança. Um conflito ou uma disputa entre Estados de determinada região pode produzir efeitos diferenciados sobre os atores vizinhos, ao mesmo tempo em que a atuação de potências externas pode alterar o equilíbrio regional. Dessa forma, a segurança internacional resulta da interação entre diferentes níveis: global, regional e nacional.

As potências regionais desempenham papel particularmente importante nesse processo. Sua influência não decorre necessariamente de uma capacidade equivalente à das superpotências, mas de sua capacidade de exercer poder e influência em determinada região. Essas potências podem atuar como mediadoras, competidoras, líderes regionais ou parceiras estratégicas de atores externos. Sua posição torna-se ainda mais relevante em contextos de transformação da ordem internacional, nos quais Estados de capacidade intermediária procuram ampliar sua autonomia e diversificar suas relações externas. A competição entre grandes potências interfere diretamente nessas dinâmicas regionais. Como os Estados Unidos, Rússia e China procuram ampliar ou preservar posições estratégicas em diferentes regiões, utilizando instrumentos militares, econômicos, diplomáticos e institucionais. Essa atuação produziu novas formas de alinhamento e também estimular os Estados regionais a adotarem estratégias de aproximação seletiva, evitando dependência excessiva de uma única potência.

Os atores regionais possuem interesses próprios, agendas de segurança específicas e diferentes níveis de autonomia. A influência das grandes potências é, portanto, mediada pelas condições políticas e estratégicas de cada região. Essa constatação é importante para compreender por que Estados aparentemente semelhantes podem adotar comportamentos externos distintos diante da mesma competição internacional. A abordagem dos complexos regionais de segurança contribui, assim, para superar uma leitura exclusivamente sistêmica da geopolítica. Ela permite observar como as transformações globais são reinterpretadas nos diferentes espaços regionais e como as próprias dinâmicas regionais podem influenciar a competição entre grandes potências. No caso africano, por exemplo, mudanças na presença

econômica, diplomática e securitária de diferentes atores externos podem produzir novas oportunidades de cooperação, mas também novos padrões de dependência e competição.

Desse modo, a dimensão regional assume papel relevante na compreensão da reconfiguração das alianças internacionais. A multiplicação de parceiros, a formação de mecanismos de cooperação específicos e a busca por maior autonomia estratégica demonstram que os Estados não necessariamente escolhem entre alinhamento absoluto e neutralidade. Em determinadas circunstâncias, podem combinar diferentes parcerias de acordo com seus interesses nacionais e com as características do ambiente regional.

3.4. Alianças, balanceamento e competição estratégica

As alianças constituem um dos principais instrumentos utilizados pelos Estados para ampliar sua capacidade de segurança e enfrentar ambientes internacionais caracterizados pela incerteza. Em condições de anarquia, os Estados não podem depender exclusivamente da proteção de uma autoridade superior, razão pela qual procuram desenvolver capacidades próprias e estabelecer relações de cooperação capazes de reduzir vulnerabilidades. As alianças, nesse sentido, representam mecanismos por meio dos quais os Estados procuram alterar ou preservar determinadas configurações de poder. A teoria do balanceamento oferece uma importante contribuição para compreender esse comportamento. Diante da concentração de capacidades em determinado ator, outros Estados podem procurar equilibrar essa vantagem mediante o fortalecimento de suas próprias capacidades ou pela formação de coalizões. Esse processo não significa necessariamente preparação imediata para um conflito militar. O balanceamento pode envolver cooperação diplomática, integração econômica, acordos tecnológicos, mecanismos de defesa, exercícios militares e coordenação institucional.

Mearsheimer (2001), atribui especial importância à competição entre grandes potências e à busca pela maximização da segurança em um sistema internacional anárquico. Para o autor, as grandes potências tendem a observar com atenção o crescimento das capacidades de seus potenciais rivais, especialmente quando esse crescimento pode alterar o equilíbrio regional ou global. A competição estratégica, portanto, não é resultado apenas de intenções declaradas, mas também da percepção que os Estados desenvolvem acerca das capacidades e das possíveis intenções dos demais atores. Entretanto, as alianças contemporâneas apresentam características que não podem ser explicadas exclusivamente pela lógica tradicional de blocos rígidos.

A crescente interdependência econômica e tecnológica produz relações simultâneas de cooperação e competição.

Keohane e Nye (2012), demonstram que a interdependência complexa amplia a quantidade de canais por meio dos quais os Estados e outros atores interagem, tornando menos adequada uma interpretação que reduza as relações internacionais exclusivamente à dimensão militar.

Essa realidade ajuda a explicar a emergência de formas mais flexíveis de alinhamento. Um Estado pode cooperar militarmente com determinada potência, manter relações comerciais profundas com outra e, simultaneamente, participar de organizações multilaterais que reúnem ambas. Tal comportamento não representa necessariamente incoerência estratégica. Pode constituir uma forma de maximização de interesses e de preservação da autonomia diante de um ambiente internacional marcado pela competição entre centros de poder. A formação ou o fortalecimento de alianças também pode produzir efeitos sobre a percepção de poder.

Quando determinados Estados estabelecem mecanismos permanentes de cooperação, suas capacidades individuais podem ser potencializadas pela ação coletiva. Isso ocorre, por exemplo, por meio do compartilhamento de recursos, inteligência, tecnologia, infraestrutura, financiamento e capacidades militares. Consequentemente, a análise das alianças deve considerar não apenas o número de Estados envolvidos, mas a qualidade, a profundidade e a natureza das capacidades mobilizadas.

9

A atual competição estratégica demonstra, portanto, uma transformação importante no conceito de aliança. As estruturas tradicionais permanecem relevantes, mas convivem com coalizões temáticas, parcerias estratégicas, organizações econômicas e agrupamentos políticos que apresentam diferentes níveis de institucionalização. A reconfiguração das alianças internacionais deve ser entendida, assim, como parte de um processo mais amplo de adaptação dos Estados às mudanças na distribuição do poder.

3.5. O realismo e a geopolítica do século XXI

O realismo permanece uma das principais tradições teóricas para a interpretação das relações internacionais, sobretudo por sua capacidade de explicar a centralidade do poder, da segurança e dos interesses nacionais na conduta dos Estados. Segundo Morgenthau (2003), em sua formulação clássica, compreende a política internacional como uma esfera marcada pela

disputa pelo poder e pela defesa dos interesses nacionais. Essa perspectiva atribui importância significativa às capacidades materiais e à prudência estratégica na condução da política externa.

O realismo estrutural desenvolvido por Waltz (1979), por sua vez, desloca parte da explicação do comportamento estatal para a estrutura do sistema internacional. Para o autor, a anarquia internacional e a distribuição das capacidades entre os Estados constituem elementos fundamentais para compreender os padrões de competição e cooperação. A diferença entre os Estados não reside apenas em suas características internas, mas também em sua posição relativa dentro da estrutura internacional.

Mearsheimer (2001; 2014), aprofunda essa perspectiva ao sustentar que as grandes potências operam em um ambiente no qual a incerteza sobre as intenções futuras dos demais atores incentiva a busca por maior segurança e poder. Essa interpretação é particularmente útil para analisar a competição entre Estados Unidos e China, a política russa em seu entorno estratégico e as respostas de diferentes Estados diante da transformação da distribuição internacional de poder.

Entretanto, a aplicação do realismo à geopolítica do século XXI não significa reduzir a política internacional à força militar. O próprio conceito contemporâneo de poder exige uma abordagem mais ampla. A capacidade de influência de um Estado envolve recursos econômicos, tecnológicos, financeiros, diplomáticos, culturais e informacionais. Nesse sentido, a contribuição de Nye (2004), permite complementar a perspectiva realista ao demonstrar que a influência internacional também pode ser exercida por mecanismos de atração, legitimidade e persuasão.

Da mesma forma, a interdependência econômica não elimina a competição estratégica. Keohane e Nye (2012), demonstram que cooperação e conflito podem coexistir em sistemas caracterizados por múltiplas relações de interdependência. Assim, Estados podem manter intensas relações comerciais enquanto disputam mercados, tecnologias, influência política e posições estratégicas. Essa aparente contradição constitui uma das características centrais da geopolítica contemporânea.

A contribuição de Acharya (2017; 2018), amplia essa discussão ao questionar interpretações centradas exclusivamente na permanência de uma ordem liberal hegemonicamente estruturada. A noção de um mundo “multiplex” chama atenção para a coexistência de diferentes centros de poder, instituições, normas e formas de organização da ordem internacional. Essa perspectiva é particularmente relevante porque permite compreender

a transformação do sistema sem pressupor automaticamente a substituição de uma hegemonia por outra ou a formação de uma estrutura rigidamente multipolar.

A partir desse diálogo teórico, o realismo oferece uma base importante para compreender a competição entre grandes potências, enquanto outras abordagens permitem incorporar dimensões econômicas, institucionais, tecnológicas e normativas. A geopolítica do século XXI, portanto, caracteriza-se pela combinação entre permanências e transformações: permanecem a busca por segurança, a preocupação com a distribuição do poder e a competição entre grandes potências, mas modificam-se os instrumentos utilizados para produzir influência e estruturar alianças.

Nesse quadro, a competição entre Estados Unidos, Rússia e China pode ser interpretada como parte de um processo mais amplo de transformação da ordem internacional. A disputa não se limita à superioridade militar, mas envolve a capacidade de estabelecer parcerias, controlar recursos estratégicos, influenciar instituições, definir padrões tecnológicos, ampliar mercados e produzir legitimidade internacional. O realismo, articulado a perspectivas complementares, permite compreender essas dinâmicas sem perder de vista a centralidade do poder e dos interesses estatais.

4. GEOESTRATÉGIAS E COMPETIÇÃO ENTRE GRANDES POTÊNCIAS NO SÉCULO XXI

O realismo é uma teoria clássica nas Relações Internacionais que vê o mundo como um sistema anárquico, ou seja, sem uma autoridade central que governe todos os Estados. Para os realistas, os Estados são os principais atores internacionais. Nesse contexto, cada Estado busca sobrevivência e segurança, sempre priorizando seus interesses e a busca pelo poder é inevitável, pois ele garante proteção e influência. O equilíbrio de poder é essencial para evitar que um único Estado se torne hegemônico e domine o sistema.

Em suma, o realismo é pragmático, focando em força, interesse e competição, não em moralidade ou ideais.

4.1. Conceito de geopolítica dos potenciais.

A geopolítica dos potenciais analisa como o poder é distribuído no espaço internacional e como ele é projetado pelos Estados. Ela tem em conta quatro dimensões principais:

- a) Poder militar: capacidade de defesa, ataque e projeção de força, isso inclui tamanho das forças armadas, tecnologia militar, arsenal nuclear, bases estratégicas e capacidade de mobilização rápida;
- b) Poder econômico: recursos financeiros, indústria, tecnologia e capacidade de influenciar o mercado global. Julgamos que um Estado economicamente forte pode financiar seu poder militar e exercer estrondosa influência diplomática;
- c) Poder geográfico: uma localização estratégica, fronteiras defensíveis, acesso a rotas comerciais e recursos naturais. Por exemplo, Estados com portos estratégicos ou passagens marítimas importantes têm vantagens geopolíticas;
- d) Poder diplomático e político: capacidade de formar alianças, participar de blocos internacionais e influenciar decisões globais. Sob o realismo, a geopolítica dos potenciais não é apenas sobre força, mas sobre a capacidade de um Estado proteger seus interesses e projetar poder no sistema internacional;

4.2. Classificação dos Estados segundo o seu potencial na perspectiva realista

Na perspectiva realista, os Estados são atores centrais no sistema internacional, ou seja, não existe uma autoridade superior. No entanto, o poder, sobretudo militar, econômico, político e estratégico é o principal critério para classificar os Estados (MORGENTHAU, 2003). E Podem ser classificados:

12

4.2.1. Potência hegemônica global:⁷

Segundo Mearsheimer (2001), uma potência hegemônica é aquela que detém superioridade militar significativa, possui capacidade de projeção global, influencia normas, instituições e alianças internacionais.

A hegemonia procura preservar o “status quo” que lhe é favorável e impedir o surgimento de rivais equivalentes (Waltz, 1979).

A hegemonia ocorre quando um Estado é tão poderoso que domina todos os outros no sistema internacional (Mearsheimer, 2001, p. 40).

Na perspectiva dos autores, a hegemonia, no sistema internacional, caracteriza-se pela posição de superioridade estrutural de um Estado, cuja capacidade material e estratégica lhe

⁷ Exemplo clássico: Estados Unidos da América no período pós-Guerra Fria.

permite dominar os demais e moldar a ordem internacional de acordo com os seus interesses. Para manter essa posição privilegiada, o Estado hegemônico procura preservar o “status quo” que lhe é favorável, atuando de forma preventiva e reativa para impedir o surgimento de rivais equivalentes que possam desafiar a sua primazia. Assim, a hegemonia não é apenas um estado de poder superior, mas também um comportamento contínuo de autopreservação e contenção de potenciais concorrentes.

Na potência hegemônica, os Estados são capazes de influenciar todo o sistema internacional, uma potência hegemônica global é o Estado que possui capacidade material e estratégica suficiente para influenciar ou moldar a ordem internacional como um todo. Para os realistas, a hegemonia não é apenas econômica, mas, sobretudo militar e política, com projeção de poder à escala mundial.

4.2.2. Potência emergente:⁸

Mearsheimer (2014), argumenta que potências emergentes tendem a buscar hegemonia regional como passo intermédio antes de maior projeção global.

O crescimento do poder de um Estado quase inevitavelmente gera competição e conflito com as potências estabelecidas (Mearsheimer, 2014, p. 23).

Mearsheimer enfatiza que o sistema internacional é anárquico, ou seja, não existe uma autoridade superior capaz de garantir a segurança de todos os Estados. Nesse ambiente, quando um Estado aumenta significativamente seu poder econômico, militar ou político, as potências já estabelecidas passam a percebê-lo como uma ameaça potencial. Dessa forma, o crescimento de uma potência emergente tende a provocar reações defensivas ou ofensivas por parte das potências dominantes, como contenção, alianças estratégicas, sanções ou mesmo conflitos indiretos. Para o autor, a competição não é fruto de más intenções, mas sim da lógica estrutural do sistema internacional, que incentiva a desconfiança e a rivalidade.

Crescer em poder, no sistema internacional, é automaticamente entrar em rota de colisão com quem já manda. As potências emergentes são Estados que aumentam progressivamente o seu poder relativo e passam a desafiar direta ou indiretamente a ordem internacional existente. Na ótica realista, estas potências buscam maior autonomia estratégica, procuram expandir a sua influência regional e global, podem provocar dilemas de segurança com a potência hegemônica.

⁸ Exemplos frequentes: China, Índia (em menor grau), Brasil (sobretudo no plano regional).

Estados que crescem rapidamente em economia e força militar, podendo desafiar a ordem existente.

4.2.3. Potência regional:⁹

Refere-se aos Estados que dominam e influenciam uma região específica, sem necessariamente ter alcance global. Estados médios e pequenos, normalmente estes dependem de alianças e estratégias diplomáticas para garantir segurança, podendo ser pivôs em conflitos regionais.

Para o realismo o objetivo central é controlar o equilíbrio de poder regional, impedir a interferência de potências externas, assegurar a própria sobrevivência e influência no seu entorno estratégico (Buzan e Waever, 2003).

Para Mearsheimer e Weaver, as potências emergentes não tentam dominar o sistema internacional como um todo de forma imediata. Os autores sustentam que o primeiro objetivo estratégico de um Estado em ascensão é tornar-se hegemonia regional, isto é, alcançar uma posição de superioridade clara na sua região geográfica imediata. Isso significa reduzir ou eliminar rivais regionais e impedir que outras grandes potências intervenham nesse espaço.

Segundo essa lógica realista ofensiva, o controle regional oferece segurança, recursos e estabilidade suficientes para que o Estado, posteriormente, amplie sua influência para além da região. Assim, a hegemonia regional funciona como base material e estratégica para uma projeção de poder mais ampla no sistema internacional. Ninguém vira potência global sem primeiro dominar a própria região.

Segundo Buzan e Waever (2003, p. 55), argumentam que “as potências regionais são atores fundamentais na dinâmica de segurança das suas respectivas regiões.” Os autores destacam que, na perspectiva realista, a principal preocupação dos Estados não é a cooperação global ou valores universais, mas sim a segurança e a sobrevivência. Para isso, os Estados procuram controlar o equilíbrio de poder na sua região imediata, evitando que rivais regionais se fortaleçam excessivamente ou que potências externas intervenham nos assuntos regionais.

Os autores introduzem a ideia de que a segurança internacional é frequentemente organizada em complexos regionais de segurança, nos quais os Estados interagem de forma mais intensa com seus vizinhos do que com atores distantes. Assim, garantir influência no entorno

⁹ Exemplo: África do Sul (África Austral) Irão (Médio Oriente), Nigéria (África Ocidental).

estratégico é essencial para evitar vulnerabilidades e dependências externas. Ou seja, quem controla a própria região controla sua segurança.

Uma potência regional é um Estado que possui predominância política, econômica ou militar numa região geográfica específica, mas capacidade limitada de projeção global. Esses Estados exercem liderança regional, mas geralmente, dependem de alianças, não desafiam diretamente a hegemonia global.

Outrossim, no realismo, a classificação dos Estados revela uma estrutura hierárquica dinâmica, moldada pela distribuição desigual do poder. A potência hegemônica global busca preservar uma ordem favorável, a potência emergente tende a desafiá-la à medida que o seu poder cresce e a potência regional concentra-se na liderança e estabilidade do seu entorno imediato. No contexto africano, esta lógica ajuda a compreender por que Estados como Angola, Nigéria e África do Sul priorizam a segurança regional e a autonomia estratégica num sistema anárquico, a influência regional é um instrumento de sobrevivência e projeção de poder.

A competição geopolítica do século XXI, apresenta características distintas das disputas de poder observadas durante a Guerra Fria. Embora a dimensão militar permaneça fundamental, a disputa contemporânea incorpora instrumentos econômicos, tecnológicos, diplomáticos, energéticos e informacionais. Nesse contexto, Estados Unidos, Rússia e China ocupam posições centrais na dinâmica de transformação da ordem internacional, ainda que apresentem objetivos, capacidades e modalidades de projeção de poder distintas.

15

A análise dessas três potências permite compreender como diferentes estratégias de poder contribuem para a reorganização das alianças internacionais. Enquanto os Estados Unidos procuram preservar uma posição central na arquitetura internacional e fortalecer suas redes de alianças, a Rússia busca manter e ampliar sua capacidade de influência estratégica, sobretudo em seu entorno regional e em espaços considerados relevantes para seus interesses nacionais e a China, por sua vez, combina crescimento econômico, modernização militar, desenvolvimento tecnológico e expansão de relações diplomáticas para ampliar sua influência regional e global.

A competição entre grandes potências manifesta-se, portanto, através de estratégias que combinam instrumentos de natureza coercitiva e não coercitiva. A diplomacia, as alianças militares, as sanções econômicas, os investimentos em infraestrutura, a cooperação internacional, a guerra de informação, a inovação tecnológica e a utilização estratégica dos recursos energéticos passaram a integrar um mesmo quadro de disputa pelo poder. Como

observa Allison (2017), a ascensão de uma potência emergente diante de uma potência estabelecida pode produzir tensões estruturais capazes de afetar a estabilidade do sistema internacional, sobretudo quando os interesses estratégicos das partes se tornam progressivamente incompatíveis.

4.3. Rússia: projeção estratégica e busca de influência

A geoestratégia russa está associada à preservação de sua condição de grande potência e à proteção de interesses considerados estratégicos pelo Estado. Nesse processo, a Rússia procura manter capacidade de influência em seu entorno regional e ampliar sua presença em espaços nos quais identifica interesses políticos, econômicos, militares ou energéticos.

A dimensão regional ocupa lugar importante nessa estratégia. O Cáucaso e a Ásia Central constituem áreas de particular relevância devido à proximidade geográfica, às questões de segurança e às rotas de energia. O Oriente Médio também adquiriu importância para a projeção russa, especialmente por meio de sua presença na Síria e do desenvolvimento de relações estratégicas com diferentes atores regionais. Na África, a Rússia ampliou sua atuação política, econômica e militar em determinados países, enquanto o Ártico representa um espaço estratégico associado às rotas marítimas, aos recursos naturais e à presença militar.

16

A guerra na Ucrânia tornou-se um dos principais elementos da atual política externa e de segurança russa. Sob a perspectiva adotada neste estudo, o conflito pode ser compreendido no contexto mais amplo da disputa sobre a arquitetura de segurança europeia, das relações entre Rússia e Ocidente e da preocupação russa com a expansão da influência ocidental em seu entorno estratégico. A atuação russa combina diferentes instrumentos de poder. No domínio militar, destaca-se a capacidade nuclear, a modernização das forças convencionais e a capacidade de projeção de força. No campo econômico, os recursos energéticos constituem importante componente de sua capacidade de influência. No plano diplomático, Moscou utiliza relações bilaterais e mecanismos multilaterais para preservar espaços de atuação e ampliar parcerias.

A Rússia também recorre a instrumentos associados à guerra híbrida, às operações cibernéticas e às estratégias de informação. A utilização combinada desses instrumentos permite compensar, em determinadas circunstâncias, limitações existentes em outras dimensões do poder.

Outro elemento relevante é o fortalecimento das relações estratégicas com países não ocidentais, especialmente a China, além da participação em mecanismos multilaterais como os

BRICS. Dessa forma, a estratégia russa não se limita à disputa com os países ocidentais, mas envolve igualmente a construção de alternativas de cooperação capazes de reduzir seu isolamento e ampliar sua margem de manobra internacional.

Assim, a geoestratégia russa pode ser caracterizada pela combinação entre dissuasão militar, defesa de interesses regionais, utilização de recursos energéticos, diplomacia estratégica e diversificação de parcerias. Essa combinação contribui para a reconfiguração dos alinhamentos internacionais ao estimular outros Estados a reconsiderarem suas relações de segurança, energia e cooperação.

4.4. Estados Unidos: preservação da liderança e alianças estratégicas

A geoestratégia dos Estados Unidos está fortemente associada à preservação de sua capacidade de liderança internacional e à manutenção de uma extensa rede de alianças e parcerias. Sua posição no sistema internacional resulta da combinação entre capacidades militares, econômicas, tecnológicas e diplomáticas, que permitem ao país atuar simultaneamente em diferentes regiões.

No espaço europeu, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) constitui um dos principais instrumentos da arquitetura de segurança liderada pelos Estados Unidos. O fortalecimento da aliança está relacionado à necessidade de responder às transformações no ambiente estratégico europeu e, particularmente, ao aumento das tensões com a Rússia.

No Indo-Pacífico, a competição estratégica com a China assumiu importância crescente. Nesse espaço, Washington procura fortalecer relações com aliados tradicionais, como Japão, Coreia do Sul e Austrália, ao mesmo tempo em que desenvolve mecanismos de cooperação com outros parceiros. Estruturas como o Quad e o AUKUS evidenciam a tendência de construção de redes estratégicas voltadas para a segurança e a estabilidade regional.

No Oriente Médio, os Estados Unidos mantêm interesses relacionados à segurança regional, às rotas energéticas e à proteção de parceiros estratégicos. Na África e na América Latina, sua atuação também envolve dimensões políticas, econômicas, diplomáticas e de segurança, embora com diferentes níveis de prioridade conforme a conjuntura internacional. A capacidade militar constitui um dos principais instrumentos da estratégia norte-americana. A presença de forças e instalações militares em diferentes regiões permite aos Estados Unidos manter capacidade de resposta e projeção de poder. Essa capacidade é complementada pelo poder econômico e tecnológico, incluindo sua influência financeira, sua capacidade de inovação e seu

protagonismo em áreas como inteligência artificial, cibersegurança e tecnologias militares avançadas.

No campo diplomático, a atuação norte-americana também se desenvolve por meio de alianças e instituições multilaterais. A participação em organismos e fóruns internacionais amplia a capacidade de Washington de influenciar processos decisórios e defender interesses associados à ordem internacional existente. A estratégia norte-americana, portanto, não pode ser reduzida à dimensão militar. Seu diferencial está justamente na articulação entre diferentes formas de poder. A capacidade de combinar alianças militares, influência econômica, superioridade tecnológica, presença diplomática e poder de atração contribui para preservar sua centralidade na política internacional.

A competição com a China constitui, nesse contexto, um dos principais desafios estratégicos dos Estados Unidos no século XXI. A resposta norte-americana tem contribuído para o fortalecimento de determinadas alianças no Indo-Pacífico e para uma maior articulação entre questões de segurança, tecnologia, comércio e cadeias de produção estratégicas.

4.5. China: ascensão estratégica e expansão da influência

A ascensão chinesa constitui uma das principais transformações da distribuição internacional de poder no século XXI. Diferentemente de uma estratégia baseada exclusivamente na expansão militar, a China tem articulado crescimento econômico, comércio, investimentos, desenvolvimento tecnológico, modernização militar e diplomacia para ampliar sua influência internacional.

A dimensão regional permanece central para Pequim. O Indo-Pacífico, particularmente o Mar do Sul da China, possui importância estratégica em razão de suas rotas comerciais, interesses de segurança e disputas territoriais. A modernização das capacidades militares chinesas, especialmente de suas forças navais, está relacionada à busca por maior capacidade de defesa e projeção de poder em seu entorno estratégico.

Paralelamente, a China ampliou significativamente sua presença econômica em outras regiões. Na África, os investimentos em infraestrutura, comércio e exploração de recursos naturais contribuíram para o fortalecimento das relações sino-africanas. No Oriente Médio, Pequim procura ampliar relações comerciais e assegurar vínculos relacionados à segurança energética. Na América Latina, a expansão do comércio e dos investimentos também aumentou

a presença chinesa. Na Europa, as relações econômicas e tecnológicas constituem componentes relevantes de sua atuação.

A Iniciativa Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative) representa um dos principais instrumentos da projeção econômica chinesa. Por meio de projetos de infraestrutura, conectividade e comércio, a iniciativa procura ampliar as relações econômicas da China com diferentes regiões do mundo e fortalecer sua posição nas redes internacionais de circulação de bens, capitais e infraestrutura.

O poder tecnológico constitui outro componente fundamental da estratégia chinesa. O desenvolvimento de capacidades em inteligência artificial, telecomunicações, cibersegurança, semicondutores e outras tecnologias estratégicas amplia a capacidade de competição de Pequim e reduz sua dependência de determinados fornecedores externos.

No campo militar, a China vem desenvolvendo suas capacidades de dissuasão e projeção de poder, particularmente no Indo-Pacífico. No campo diplomático, procura ampliar sua participação em instituições internacionais, estabelecer parcerias estratégicas e utilizar instrumentos de influência econômica, cultural e política.

A estratégia chinesa, portanto, apresenta uma característica essencialmente multidimensional. O crescimento econômico fornece recursos para o desenvolvimento tecnológico e militar; a expansão comercial cria relações de interdependência; a diplomacia amplia sua rede de parceiros; e a modernização militar aumenta sua capacidade de defender interesses estratégicos.

Nesse sentido, a ascensão chinesa produz efeitos que ultrapassam sua relação bilateral com os Estados Unidos. O aumento de sua capacidade relativa modifica os cálculos estratégicos de outros Estados e estimula novas formas de alinhamento, cooperação e balanceamento no sistema internacional.

4.6. Análise comparativa das geoestratégias

A comparação entre Estados Unidos, Rússia e China demonstra que a competição contemporânea não ocorre mediante uma única dimensão de poder. As três potências combinam capacidades militares, econômicas, tecnológicas e diplomáticas, embora atribuam pesos diferentes a cada instrumento.

Os Estados Unidos apresentam uma estratégia caracterizada pela preservação de uma ampla rede de alianças e pela manutenção de capacidade de projeção global. A Rússia concentra

parte significativa de sua atuação na defesa de seu entorno estratégico, na preservação de sua capacidade militar e na diversificação de parcerias. A China, por sua vez, articula expansão econômica, desenvolvimento tecnológico, modernização militar e diplomacia para ampliar progressivamente sua influência regional e global.

A comparação evidencia que as três potências utilizam mecanismos distintos para transformar recursos nacionais em influência internacional. Os Estados Unidos possuem uma estrutura de alianças particularmente ampla; a Rússia utiliza de forma intensa seus recursos militares e energéticos; e a China combina sua capacidade econômica e tecnológica com instrumentos diplomáticos e militares.

Essa diferenciação é importante porque demonstra que a competição entre grandes potências não conduz necessariamente à formação de dois blocos rigidamente definidos, como ocorreu durante a Guerra Fria. O cenário contemporâneo apresenta maior fluidez, com Estados que podem cooperar com uma potência em determinada área e, simultaneamente, manter relações estratégicas com seus concorrentes.

A competição também produz efeitos sobre Estados que não pertencem ao grupo das grandes potências. Países médios e potências regionais passam a dispor de incentivos para diversificar suas relações externas, evitando dependência excessiva de um único centro de poder. Nesse processo, a autonomia estratégica torna-se instrumento relevante de política externa.

20

Consequentemente, a reconfiguração das alianças internacionais deve ser entendida como resultado de uma combinação entre competição, busca por segurança, interesses econômicos e procura por maior margem de autonomia. A transformação da ordem internacional não ocorre apenas pela ascensão de uma potência ou pelo declínio de outra, mas também pela capacidade dos demais Estados de adaptar seus alinhamentos às mudanças na distribuição internacional de poder.

A competição entre Estados Unidos, Rússia e China, portanto, constitui um dos principais fatores de transformação da arquitetura internacional contemporânea. A interação entre suas diferentes geoestratégias contribui para o fortalecimento de alianças tradicionais, o surgimento de novas formas de parceria e a expansão de mecanismos de cooperação que refletem uma ordem internacional progressivamente mais complexa e competitiva.

5. NOVAS ALIANÇAS E BLOCOS EMERGENTES

A competição estratégica entre as grandes potências não se manifesta apenas por meio da disputa direta por recursos, mercados, influência política e capacidade militar. Ela também produz efeitos sobre a configuração das alianças internacionais e sobre a formação de novos mecanismos de cooperação. Nesse contexto, o sistema internacional contemporâneo apresenta sinais de transformação, caracterizados pela diversificação dos centros de poder, pela intensificação das disputas estratégicas e pela busca de maior autonomia por parte de diferentes Estados.

Esse processo pode ser compreendido como parte de uma transição de uma configuração internacional marcada pela predominância norte-americana para uma estrutura mais complexa, na qual diferentes centros de poder procuram ampliar sua capacidade de influência. Mearsheimer (2019), destaca as tensões decorrentes da disputa pelo poder entre grandes potências, enquanto Acharya (2017; 2018), chama atenção para a emergência de uma ordem internacional mais diversificada e menos concentrada em uma única potência.

As potências emergentes, especialmente aquelas pertencentes ao Sul Global, têm procurado ampliar suas margens de autonomia por meio de mecanismos de cooperação econômica, política e diplomática. Entretanto, esse movimento não significa necessariamente a substituição das instituições tradicionais por uma nova estrutura plenamente consolidada. Trata-se, antes, de um processo de diversificação institucional e estratégica, no qual diferentes Estados combinam instituições existentes com novos mecanismos de cooperação.

5.1. Objetivos e dinâmicas dos principais blocos e alianças

A formação e o fortalecimento de diferentes agrupamentos internacionais refletem interesses estratégicos distintos. O BRICS, por exemplo, constitui um mecanismo de articulação política e econômica entre países que procuram ampliar sua capacidade de influência nas instituições internacionais e defender maior representatividade dos países emergentes na governança global. Entre seus principais instrumentos encontram-se mecanismos de cooperação financeira, fóruns de concertação política e iniciativas destinadas ao fortalecimento das relações econômicas entre seus membros.

A aproximação estratégica entre China e Rússia apresenta outra dimensão dessa reconfiguração. A cooperação entre os dois países envolve áreas como energia, comércio,

tecnologia, diplomacia e segurança. Embora seus interesses nacionais não sejam integralmente coincidentes, a convergência em determinados temas contribui para ampliar suas respectivas capacidades de atuação diante da predominância estratégica dos Estados Unidos e de seus principais aliados.

Em sentido distinto, a OTAN permanece como um dos principais mecanismos de segurança coletiva do sistema internacional contemporâneo, especialmente no espaço euro-atlântico. Sua atuação está relacionada à coordenação militar e política entre seus membros e à resposta coletiva a percepções de ameaça. Dessa forma, a permanência e o fortalecimento das alianças ocidentais também constituem parte importante da dinâmica de competição estratégica analisada neste estudo.

No Indo-Pacífico, mecanismos como o Quad e o AUKUS demonstram igualmente a tendência de formação de arranjos de segurança e cooperação destinados a ampliar a coordenação estratégica entre determinados Estados. Esses mecanismos devem ser compreendidos no contexto mais amplo da crescente competição entre Estados Unidos e China, especialmente em torno da segurança regional, das rotas marítimas, da tecnologia e da projeção de poder.

Assim, observa-se que a atual configuração internacional não é caracterizada pela formação de blocos completamente rígidos. Ao contrário, coexistem alianças tradicionais, parcerias estratégicas, mecanismos multilaterais e acordos de cooperação de natureza mais flexível. Essa característica aumenta a complexidade do sistema internacional e torna os alinhamentos externos mais dependentes de interesses específicos e de conjunturas estratégicas.

5.2. Implicações para o sistema internacional

A emergência de novas alianças e blocos produz consequências importantes para a estrutura da ordem internacional. Entre elas, destaca-se a redução relativa da capacidade de uma única potência exercer influência incontestada sobre todos os principais processos internacionais. Paralelamente, aumenta a competição estratégica entre diferentes centros de poder, ampliando a importância das disputas econômicas, tecnológicas, diplomáticas e militares.

Acharya (2017), interpreta esse processo a partir da emergência de uma ordem internacional mais diversificada, na qual diferentes centros de poder e formas de organização passam a coexistir. Nessa perspectiva, a transformação da ordem internacional não deve ser

compreendida exclusivamente como uma substituição da hegemonia norte-americana por outra hegemonia, mas como um processo de dispersão e redistribuição relativa do poder.

Outro efeito relevante é a ampliação da margem de manobra de Estados médios e menores. Em um ambiente caracterizado pela competição entre grandes potências, esses Estados podem diversificar suas relações externas e negociar com diferentes centros de poder de acordo com seus interesses nacionais. Essa possibilidade, entretanto, não elimina as assimetrias existentes no sistema internacional nem garante autonomia plena aos países com menor capacidade material.

No campo econômico e financeiro, a expansão de mecanismos de cooperação entre países emergentes também demonstra a busca por maior autonomia em relação às estruturas tradicionais da economia internacional. Os BRICS constituem um exemplo importante desse movimento, particularmente pela criação de mecanismos financeiros próprios e pelo debate em torno da utilização de moedas nacionais e da redução da dependência de estruturas financeiras dominadas historicamente pelo Ocidente.

Costa e Corrêa (2025), relacionam esse movimento à discussão sobre a desdolarização e à busca de maior autonomia econômica e política por parte dos países integrantes dos BRICS. Entretanto, a diversificação monetária e financeira não deve ser confundida com o desaparecimento da centralidade do dólar, mas entendida como parte de um processo mais amplo de procura por alternativas e maior capacidade de negociação.

No plano comercial, a proliferação de acordos regionais e inter-regionais reforça igualmente a tendência de regionalização da economia internacional. A Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA), por exemplo, representa uma iniciativa voltada à integração econômica africana, enquanto a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP) evidencia a crescente importância dos mecanismos de integração econômica no espaço asiático. Esses processos apresentam oportunidades e desafios para os países em desenvolvimento. Por um lado, a multiplicação de parceiros pode favorecer a diversificação econômica, a ampliação dos mercados e a atração de investimentos. Por outro, a intensificação da competição entre blocos pode aumentar as pressões para que determinados Estados adotem posições estratégicas mais definidas.

No caso de Angola, esse cenário amplia as possibilidades de diversificação das parcerias econômicas e diplomáticas. A existência de diferentes centros de poder permite uma atuação externa orientada pela busca de interesses nacionais e pela manutenção de relações com

diferentes parceiros. Contudo, essa estratégia exige capacidade institucional, clareza de prioridades e avaliação permanente dos custos e benefícios associados a cada parceria.

Desse modo, a emergência de novas alianças e blocos não representa simplesmente uma substituição das estruturas existentes. Ela evidencia uma transformação gradual da arquitetura internacional, marcada pela coexistência entre instituições tradicionais, novos mecanismos de cooperação, alianças militares e parcerias estratégicas. A principal consequência desse processo é o aumento da complexidade da ordem internacional e da competição entre diferentes centros de poder.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permite concluir que a competição estratégica entre Estados Unidos, Rússia e China constitui um dos principais fatores de transformação da ordem internacional contemporânea. Essa competição não se limita à dimensão militar, abrangendo igualmente os campos econômico, tecnológico, diplomático e geopolítico, nos quais as grandes potências procuram preservar ou ampliar suas respectivas posições de influência. Em resposta a essa dinâmica, observa-se uma reconfiguração das alianças internacionais e o fortalecimento de diferentes mecanismos de cooperação.

24

Alianças tradicionais, como a OTAN, coexistem com novas parcerias estratégicas e mecanismos de articulação política, econômica e de segurança, como os BRICS, a aproximação sino-russa, o Quad e o AUKUS. Esse processo demonstra que a atual estrutura internacional não pode ser compreendida exclusivamente a partir da lógica de blocos rígidos, uma vez que diferentes Estados estabelecem relações simultâneas e diferenciadas com múltiplos centros de poder.

Os resultados da análise indicam, portanto, uma tendência de maior dispersão relativa do poder internacional. Todavia, essa transformação não significa necessariamente o desaparecimento da influência norte-americana ou a consolidação de uma ordem plenamente multipolar. O cenário observado caracteriza-se, antes, pela coexistência entre estruturas de poder consolidadas e novos centros de influência, produzindo uma configuração internacional mais complexa, competitiva e menos previsível.

Nesse contexto, a emergência de novos blocos e mecanismos de cooperação amplia a margem de manobra dos Estados médios e menores, particularmente daqueles que possuem capacidade para diversificar suas relações externas. Para países como Angola, esse ambiente

pode representar oportunidades de ampliação de parcerias econômicas, diplomáticas e estratégicas. Entretanto, a diversificação das relações internacionais deve ser acompanhada por critérios de interesse nacional, capacidade institucional e avaliação dos riscos associados à crescente competição entre grandes potências.

Assim, em resposta ao problema de pesquisa de que forma a competição entre as grandes potências no século XXI tem influenciado a reconfiguração das alianças internacionais e a arquitetura da ordem internacional contemporânea, conclui-se que essa competição tem contribuído para a diversificação dos alinhamentos estratégicos, o fortalecimento de novos mecanismos de cooperação e a redistribuição relativa das capacidades de influência no sistema internacional.

Consequentemente, a ordem internacional contemporânea apresenta sinais de transformação em direção a uma configuração mais complexa e policêntrica, embora marcada por fortes assimetrias de poder. A principal característica dessa transformação não reside apenas no surgimento de novos atores e alianças, mas na crescente necessidade de os Estados ajustarem suas estratégias externas a um ambiente internacional caracterizado pela competição entre grandes potências, pela diversificação das parcerias e pela disputa por influência econômica, tecnológica, política e militar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARYA, Amitav. (2017). After liberal hegemony: the advent of a multiplex world order. *Ethics & International Affairs*, v. 31, n. 3, p. 271–285. DOI: 10.1017/S089267941700020X.

ACHARYA, Amitav. (2018). *The end of American world order*. 2. ed. Cambridge: Polity.

ALLISON, Graham T. (2018). *Destined for war: can America and China escape Thucydides's trap?* Boston: Mariner Books.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. (2003). *Regions and powers: the structure of international security*. Cambridge: Cambridge University Press.

COSTA, Lincoln Pinheiro; CORRÊA, Solange Rodrigues dos Santos. (2025). Os BRICS na rota da desdolarização. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 9, p. 430–454. DOI: 10.51891/rease.viii9.20625.

GILPIN, Robert. (2002). *A economia política das relações internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

HURRELL, Andrew. (2007). *On global order: power, values and the constitution of international society*. Oxford: Oxford University Press.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. (2012). *Power and interdependence*. 4. ed. Boston: Longman.

KISSINGER, Henry. (2014). *World order*. New York: Penguin Press.

MEARSHEIMER, John J. (2018). *The great delusion: liberal dreams and international realities*. New Haven: Yale University Press.

MEARSHEIMER, John J. (2014). *The tragedy of great power politics*. Updated ed. New York: W. W. Norton & Company.

MORGENTHAU, Hans J. (2003). *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

NYE, Joseph S. (2004). *Soft power: the means to success in world politics*. New York: PublicAffairs.

WALTZ, Kenneth N. (1979). *Theory of international politics*. Reading: Addison-Wesley.